



# Relatório de Atividades 2018

## 4º Trimestre



© TCEES, 2018

---

E77p Espírito Santo. Tribunal de Contas do Estado.

**Relatório Trimestral de Atividades: 2018 / Tribunal de Contas do Estado.**

Vitória/ES: TCEES, 2018.

42p.

1.Tribunal de Contas-Espírito Santo (E) - Relatório Trimestral de Atividades:  
2018.

I.Título.

---

Catalogação pela Biblioteca do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo

# TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

## CORPO DELIBERATIVO

*Presidente*

Sérgio Aboudib Ferreira Pinto

*Vice-Presidente*

Domingos Augusto Taufner

*Corregedor*

Rodrigo Flávio Freire Farias Chamoun

*Ouvidor*

Sebastião Carlos Ranna de Macedo

*Conselheiros*

Sérgio Manoel Nader Borges

Rodrigo Coelho do Carmo

## AUDITORES SUBSTITUTOS DE CONSELHEIROS

Márcia Jaccoud Freitas

João Luiz Cotta Lovatti

Marco Antônio da Silva

## MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS

*Procurador Geral*

Luciano Vieira

*Procuradores de Contas*

Heron Carlos Gomes de Oliveira

Luís Henrique Anastácio da Silva

## DIRETOR-GERAL DE SECRETARIA

Fabiano Valle Barros

## SECRETÁRIO-GERAL DAS SESSÕES

Odilson Souza Barbosa Junior

## SECRETÁRIO-GERAL DE CONTROLE EXTERNO

Rodrigo Lubiana Zanotti

## SECRETÁRIO-GERAL ADMINISTRATIVO

Marco Antônio S. Moscoso

# **IDENTIDADE ORGANIZACIONAL**

## **NEGÓCIO**

Controle Externo

## **MISSÃO**

Gerar benefícios para a sociedade por meio do controle externo e do aperfeiçoamento da gestão dos recursos públicos.

## **VISÃO**

Ser reconhecido como instrumento de cidadania.

## **VALORES**

Independência  
Ética  
Transparéncia  
Responsabilidade Sustentável  
Equidade  
Excelência de Desempenho  
Profissionalismo  
Valorização das Pessoas

# **APRESENTAÇÃO**

---

**Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa,**

O Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, em cumprimento ao disposto no art. 71, § 4º, da Constituição Estadual, apresenta o seu Relatório Trimestral de Atividades, referente ao 4º trimestre de 2018.

Sempre tendo em vista a excelência no desempenho de suas obrigações, com foco na sua missão e visão, o TCEES executou importantes ações no 4º trimestre de 2018, com o objetivo de aprimorar a sua atuação enquanto órgão fiscalizador e orientador, contemplando ações plenamente efetivas e consoantes aos anseios sociais.

Este relatório apresenta os principais resultados da atuação do TCEES, tanto na área do controle da gestão pública, quanto na área administrativa. As informações nele disponibilizadas foram consolidadas pela Diretoria Adjunta de Secretaria – DAS, a partir dos dados enviados pelas respectivas unidades.

Vitória, 31 de janeiro de 2019.

Conselheiro **Sérgio Aboudib Ferreira Pinto**  
Presidente

# **SUMÁRIO**

---

<b>1 - COMPETÊNCIA E JURISDIÇÃO DO TCEES.....</b>	<b>7</b>
<b>2 - AÇÕES DE DESTAQUE NO TRIMESTRE.....</b>	<b>8</b>
<b>3 - ATIVIDADES DE CONTROLE EXTERNO.....</b>	<b>9</b>
<b>3.1 - PRINCIPAIS RESULTADOS NO TRIMESTRE.....</b>	<b>9</b>
<b>3.2 - AÇÕES DO PLENÁRIO.....</b>	<b>10</b>
<b>3.3 - AÇÕES DE CONTROLE EXTERNO.....</b>	<b>16</b>
<b>4 - ATIVIDADES DE GESTÃO .....</b>	<b>20</b>
<b>4.1 - GESTÃO DE PESSOAS .....</b>	<b>20</b>
<b>4.2 - GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA .....</b>	<b>21</b>
<b>4.3 - SERVIÇOS GERAIS.....</b>	<b>23</b>
<b>4.4 - GESTÃO DOCUMENTAL .....</b>	<b>24</b>
<b>4.5 - COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL.....</b>	<b>24</b>
<b>4.6 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO .....</b>	<b>27</b>
<b>4.7 - CONTROLE INTERNO .....</b>	<b>28</b>
<b>4.8 - GESTÃO DA ESTRATÉGIA .....</b>	<b>29</b>
<b>5 - NÚCLEO DE JURISPRUDÊNCIA E SÚMULA.....</b>	<b>29</b>
<b>6 - MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TC .....</b>	<b>31</b>
<b>7 - CORREGEDORIA .....</b>	<b>32</b>
<b>8 - OUVIDORIA.....</b>	<b>34</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>41</b>

# **1 - COMPETÊNCIA E JURISDIÇÃO DO TCEES**

---

O Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCE-ES), criado por meio da Lei nº 1.287/1957, tem a missão constitucional de orientar e controlar a gestão dos recursos públicos em benefício da sociedade.

Ao Tribunal compete atuar na fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Estado, municípios e das entidades da administração direta e indireta, quanto aos aspectos da legalidade, legitimidade e economicidade.

É seu papel auxiliar a Assembleia Legislativa e Câmaras Municipais nos procedimentos de controle externo da gestão pública, sem que haja qualquer subordinação ou poder hierárquico entre os órgãos. Suas atribuições são fixadas no artigo 71 da Constituição Federal de 1988, no artigo 71 da Constituição Estadual de 1989 e na Lei Complementar 621/2012.

Qualquer pessoa, física ou jurídica, e qualquer entidade que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre bens e valores públicos, relativos a recursos públicos estaduais e municipais, estão obrigadas a lhe prestar contas.

Convém citar a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000), que ratifica as competências do Tribunal em fiscalizar o cumprimento das normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, com ênfase no que se refere ao cumprimento, pelo Estado e municípios, dos limites das despesas com pessoal, dos limites e condições para realização de operações de crédito, inscrição em restos a pagar e a destinação de recursos obtidos com alienação de ativos e outros.

Com sede em Vitória e jurisdição em todo o território do Estado do Espírito Santo, compõe-se de sete conselheiros, quatro auditores, três procuradores do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas e quadro próprio de servidores para cumprir finalidades de apoio técnico e administrativo.

## **2 - AÇÕES DE DESTAQUE NO TRIMESTRE**

---

### **SOCIEDADE**

- ✓ *Conselheiro Ranna discute Marco de Medição de Desempenho em Brasília*
- ✓ *Instituições conhecem o CidadES e a possibilidade de acesso aos dados do TCE*
- ✓ *TCE-ES disponibiliza emissão de certidão negativa a pessoas jurídicas*
- ✓ *TCE-ES vai receber jovens intercambistas para desenvolver lideranças*
- ✓ *Auditoria de receita constata deficiências em setores de arrecadação de tributos*
- ✓ *Lei de Defesa do Usuário dos Serviços Públicos, em vigor, fortalece as Ouvidorias*
- ✓ *TCE-ES apoia campanha Novembro Azul de prevenção ao câncer de próstata*
- ✓ *TCE-ES realiza II Encontro do Dia Internacional Contra a Corrupção*
- ✓ *Lei de terceirização da atividade-fim não se aplica à administração pública*
- ✓ *TCE-ES realiza audiência pública sobre novidades do CidadES a gestores do Estado*
- ✓ *Instituições de controle debatem “corrupção” com jovens da Escola Viva*
- ✓ *Servidores estaduais passam por capacitação para remessa da PCA via CidadES*
- ✓ *Dia Contra a Corrupção é debatido pelo TCE-ES com 170 estudantes de Vitória*
- ✓ *TCE-ES participa de evento nacional contra à corrupção e lavagem de dinheiro*
- ✓ *Painel de Controle demonstra aumento na arrecadação do Estado*
- ✓ *ECP tem recorde de capacitações com destaque para Educação a Distância*
- ✓ *MPES, TCE-ES e MPC firmam parceria para fiscalizar saneamento básico*
- ✓ *MPC disponibiliza sistema para acompanhar cobrança de multas e resarcimentos*
- ✓ *Ouvidoria participa de encerramento de programa de educação cidadã*
- ✓ *Projeto de lei busca modernização de ações do Tribunal de Contas*

### **GESTÃO ESTRATÉGICA**

- ✓ *DGS participa de curso de inovação e desafios para uma prática disruptiva*
- ✓ *Maior facilidade: Intranet do Tribunal de Contas ganha novo sistema de busca*
- ✓ *Servidor da DAS falará sobre combate à ineficiência na Gestão Pública em evento no Tribunal*
- ✓ *RH Informatizado: informações do quadro de pessoal do TCE a um clique*
- ✓ *Estagiários fazem curso para conhecer melhor o Tribunal de Contas*

- ✓ Apresentação dos Projetos Estratégicos de 2019, PAF e resultados 2018 em evento na ECP
- ✓ Servidores participam de treinamento de Governança com auditor do TCU
- ✓ Servidores realizam desejo de 100 crianças na campanha Papai Noel dos Correios
- ✓ Coro com quarenta crianças se apresenta na escadaria do TCE-ES
- ✓ TCE-ES reduz tempo de julgamento e apreciação de processos

## 3 - ATIVIDADES DE CONTROLE EXTERNO

---

### 3.1 - PRINCIPAIS RESULTADOS NO TRIMESTRE

<b>Processos autuados no TCEES</b>	<b>3.314</b>
<b>Processos de pessoal do TCEES</b>	<b>83</b>
<b>Processos administrativos do TCEES</b>	<b>2.585</b>
<b>Processos de controle externo</b>	<b>608</b>
<b>Número de sessões realizadas</b>	<b>38</b>
<b>Número de Atos Normativos</b>	<b>7</b>
<b>Número de Acórdãos</b>	<b>608</b>
<b>Número de Pareceres Prévios</b>	<b>38</b>
<b>Número de Pareceres Consulta</b>	<b>8</b>
<b>Número de Decisões</b>	<b>300</b>
<b>Multas com recolhimento aos cofres públicos estaduais</b>	<b>51.220,80</b>
<b>Ressarcimentos com recolhimento aos cofres públicos</b>	<b>93.404,89</b>
<b>Demandas atendidas pela Ouvidoria</b>	<b>61</b>

### **3.2 - AÇÕES DO PLENÁRIO**

O Plenário é constituído por sete Conselheiros e dirigido pelo Conselheiro-Presidente, que se reúnem em sessões plenárias para deliberações. Os atos deliberados pelo Plenário assumem a forma de resolução, parecer, parecer prévio, acórdão e decisão.

Atos do Plenário	4º trim 2017	4º trim 2018		
		Plenário	1º Câmara	2º Câmara
<b>Sessões plenárias</b>	<b>35</b>	<b>17</b>	<b>11</b>	<b>10</b>
Ordinárias	30	12	11	10
Extraordinária	-	-	-	-
Especial	1	2	-	-
Administrativa	4	3	-	-
<b>Processos em pauta</b>	<b>2.536</b>	<b>780</b>	<b>1.141</b>	<b>664</b>

### **ACORDÃOS**

Classificações	4º Trimestre		
	Plenário	1º Câm.	2º Câm.
<b>Agravos</b>	2	4	0
<b>Controle Externo - Fiscalização - Acompanhamento</b>	0	1	0
<b>Controle Externo - Fiscalização - Auditoria</b>	8	8	11
<b>Controle Externo - Fiscalização - Denúncia</b>	6	4	5
<b>Controle Externo - Fiscalização - Inspeção</b>	1	0	0
<b>Controle Externo - Fiscalização - Levantamento</b>	1	0	0
<b>Controle Externo - Fiscalização - Monitoramento</b>	3	2	2
<b>Controle Externo - Fiscalização - Representação</b>	31	37	22

<b>Embargos de Declaração</b>	5	3	2
<b>Pedido de Reexame</b>	28	0	0
<b>Pedido de Revisão</b>	8	0	0
<b>Prejulgado</b>	1	0	0
<b>Prestação de Contas Anual de Governador</b>	0	0	0
<b>Prestação de Contas Anual de Ordenador</b>	101	124	98
<b>Prestação de Contas Anual de Prefeito</b>	0	0	1
<b>Prestação de Contas Mensal</b>	0	7	6
<b>Recurso de Reconsideração</b>	33	0	0
<b>Relatório de Gestão Fiscal</b>	0	3	2
<b>Relatório Resumido de Execução Orçamentária</b>	0	1	1
<b>Solicitação de Auditoria/Inspeção</b>	3	1	1
<b>Tomada de Contas Especial Convertida</b>	3	1	3
<b>Tomada de Contas Especial Determinada</b>	1	2	8
<b>Tomada de Contas Especial Instaurada</b>	7	3	1
<b>Uniformização de Jurisprudência</b>	2	0	0
<b>Total</b>	244	201	163

Decisões do Plenário	4º trim 2017	4º trim 2018		
		Plenário	1º Câmara	2º Câmara
Acórdãos (*)	556	244	201	163
Pareceres prévios	62	19	10	9
Pareceres em consulta	7	8	0	0
<b>Total</b>	<b>625</b>	<b>271</b>	<b>211</b>	<b>172</b>

(\*) Quantidade de acórdãos, mesmo que tenham mais de uma decisão.

Atos Normativos	4º trim 2017	4º trim 2018		
		Plenário	1º Câmara	2º Câmara
Resoluções	3	1	-	-
Instruções normativas	1	2	-	-
<b>Total</b>	<b>4</b>	<b>3</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

Resultado das Decisões	4º trim 2017	4º trim 2018		
		Plenário	1º Câmara	2º Câmara
<b>Registro de pessoal</b>	<b>1271</b>	<b>0</b>	<b>51</b>	<b>32</b>
<b>Registro</b>	<b>1270</b>	<b>0</b>	<b>50</b>	<b>32</b>
Admissão	766	0	10	4
Aposentadoria	380	0	11	10
Pensão	91	0	11	9
Reforma	10	0	5	1
Transferência para reserva	17	0	10	8
Retificação de ato	6	0	0	0
Reexame de decisão	0	0	0	0
<b>Denegar registro</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>0</b>
<b>Demais decisões</b>	<b>559</b>	<b>86</b>	<b>73</b>	<b>58</b>
Ratificar / Deferir Medida Cautelar	6	1	-	-
Ratificar / Indeferir Medida Cautelar	16	3	4	-
Revogar Medida Cautelar	2	1	-	-
Alerta	97	1	-	1
Ratificar DECM que deferiu medida cautelar	*	2	1	1
Outras	438	78	68	56
<b>Total</b>	<b>1860</b>	<b>86</b>	<b>73</b>	<b>58</b>

## 1 – Atos Normativos:

### 1.1 – Emendas Regimentais:

Nº	Ementa das Emendas Regimentais	Data
-	-	-
<b>Total no trimestre</b>		<b>0</b>

### 1.2 – Resoluções

Nº	Ementa das Resoluções	Data
324	Regulamenta a Lei Estadual 9.871, de 9 de julho de 2012, e o acesso à informação no âmbito do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo	18/12
<b>Total no trimestre</b>		<b>01</b>

### **1.3 – Instruções Normativas**

Nº	Ementa das Instruções Normativas	Data
47	Altera a Instrução Normativa TC nº 43, de 5 de dezembro de 2017.	03/10
48	Altera a Instrução Normativa TC nº 36, de 23 de fevereiro de 2016, que dispõe sobre os novos prazos-limite de adoção dos procedimentos contábeis patrimoniais aplicáveis ao Estado e aos municípios, em decorrência da Portaria STN nº 548, de 24 de setembro de 2015.  Revoga as Resoluções TC 221/2010, 242/2012, 258/2013 e 280/2014.	03/10
<b>Total no trimestre</b>		<b>2</b>

### **1.4 – Decisões Normativas:**

Nº	Ementa das Decisões Normativas	Data
-	-	-
<b>Total no trimestre</b>		<b>0</b>

### **1.5 – Decisões Plenárias:**

Nº	Ementa das Decisões Plenárias	Data
12	DECISÃO PLENÁRIA Nº 12/2018 - Dispõe sobre a suspensão dos prazos e publicações processuais no dia 28 de novembro de 2018, no âmbito do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo.	11/10
13	DECISÃO PLENÁRIA Nº 13/2018 - Dispõe sobre a aplicação da Resolução nº 01/2018 da ATRICON no âmbito do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo.	11/10
14	DECISÃO PLENÁRIA Nº 14/2018 – Revoga a Decisão Plenária TC-09/2018, que dispõe sobre o sobrerestamento dos processos em trâmite no âmbito do Tribunal de Contas do Espírito Santo, relativamente à imposição de dano causado ao erário, com a prescrição da pretensão punitiva para as demais penalidades, até a publicação do acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário	09/11
15	DECISÃO PLENÁRIA Nº 15/2018 - Aprova os Projetos Estratégicos para o exercício de 2019.	09/11
16	DECISÃO PLENÁRIA Nº 16/2018 - Aprova Projeto de Lei TC nº 02/2018, que dispõe sobre pagamento de abono pecuniário aos servidores do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo – TCE/ES	14/11
17	DECISÃO PLENÁRIA Nº 17/2018 – Aprova o Plano Anual de Fiscalização a ser executado no exercício de 2019.	05/12

18	DECISÃO PLENÁRIA Nº 18/2018 – Aprova o Projeto de Lei nº 03/2018, desta Corte, que dispõe sobre a adoção do modelo de gestão por resultados, da instituição de bonificação por desempenho e da bonificação	12/12
19	DECISÃO PLENÁRIA Nº 19/2018 – Aprova o Projeto de Lei TC nº 04/2018, desta Corte, que dispõe sobre a alteração de dispositivos da Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo e dá outras	12/12
20	DECISÃO PLENÁRIA Nº 20/2018 – Aprova o Termo de Cooperação nº 001/2018, a ser firmado com o IPAJM, gestor dos fundos financeiro e previdenciário, que versa sobre a descentralização de crédito orçamentário	12/12
21	DECISÃO PLENÁRIA Nº 21/2018 – Aprova o Calendário Anual do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo para o exercício de 2019.	19/12
<b>Total no trimestre</b>		<b>21</b>

### 1.6 – Decisões Plenárias Administrativas:

Nº	Ementa das Decisões Plenárias Administrativas	Data
-	-	-
<b>Total no trimestre</b>		<b>0</b>

### 1.7 – Prejulgados:

Nº	Ementa dos Prejulgados	Data no DIO
35	INCIDENTE DE INCONSTITUCIONALIDADE - ESTRUTURA ADMINISTRATIVA - PROCURADORIA JURÍDICA - CARGO EM COMISSÃO - ASSESSOR JURÍDICO - ATRIBUIÇÃO  Negar exequibilidade ao anexo I da Lei 620/2000 e anexo II da Lei 241/1990 – anexo II da Lei 241/1990, anexo I da Lei 523/1996 e anexo I da Lei 620/2000, do município de Rio Bananal, modulando seus efeitos a partir desta decisão, com fulcro na súmula 347 do Supremo Tribunal Federal; dos artigos 1º, XXXV, 176 e seguintes, da Lei Complementar Estadual nº 621/2012; e parágrafo único do artigo 335 do Regimento Interno – violação ao artigo 37, incisos II e V, da Constituição Federal e artigo 32, incisos II e V, da Constituição	23/10
36	INCIDENTE DE INCONSTITUCIONALIDADE - TERCEIRO SETOR - CONTRATO DE GESTÃO - ORGANIZAÇÃO SOCIAL - ACESSO À INFORMAÇÃO - PRINCÍPIO DA PUBLICIDADE  Negar aplicação aos artigos 62 e 63 do Decreto Estadual nº 3152-R, de 26 de novembro de 2012, em face dos artigos 1º, 2º, 8º e 33 da Lei Nacional 12.527/2011 – Lei de Acesso à Informação e dos artigos 1º, 2º, 8º e 24 da Lei Estadual 9871/2012, com fulcro no artigo 1º, inciso XXXV da Lei Complementar 621/2012, negando-lhes exequibilidade.	23/10

	INCIDENTE DE INCONSTITUCIONALIDADE - ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - SUBVENÇÃO SOCIAL - DESPORTO PROFISSIONAL - CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA	
37	Conferir ao artigo 241 da Lei Orgânica do Município de Jaguaré (Lei nº 01/1990), interpretação conforme a Constituição, de modo que as subvenções a entidades esportivas profissionais de que trata o dispositivo sejam concedidas de modo não habitual, somente em casos específicos compatíveis com o interesse público, e após se priorizar o desporto educacional; e, na forma do artigo 176, da LC 621/2012, negar exequibilidade aos incisos III e IV do art. 2º, da Lei 406/1997 e à expressão “serviços” do inciso V do art. 2º da Lei 406/1997 de Jaguaré, modulando-se os efeitos da decisão para que os contratos sejam preservados pelo período de 12 (doze) meses contados a partir da publicação do Acórdão TC-1444/2017, na forma do art. 335, parágrafo único, do Regimento Interno (Resolução TC 261/2013).	20/11
38	INCIDENTE DE INCONSTITUCIONALIDADE - ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - ADMISSÃO DE PESSOAL - CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA - CONSTITUCIONALIDADE  Manter a eficácia aos termos da Lei Municipal da Serra nº 3824/2011, entendendo que a mesma não afronta à norma contida no art. 37, incisos II e IX, da Constituição Federal de 1988, por instituir hipótese específica para contratação excepcional temporária, sendo, portanto, constitucional;	20/11
<b>Total no trimestre</b>		<b>04</b>

#### 4 - Pareceres em Consulta

Nº	Interessado	Ementa
0017	C. Itarana	CONSULTA – CONHECER – RESPONDER NOS TERMOS DA ITC Nº 10/2018-8 – MANTER PARECER CONSULTA 20/2004 - OS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS EFETIVOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE ITARANA QUE OBTIVEREM APOSENTADORIA PELO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL (RGPS), SEJA EM CARÁTER PROPORCIONAL OU INTEGRAL, NÃO FAZEM JUS AO DIREITO À COMPLEMENTAÇÃO DA APOSENTADORIA PELO REFERIDO PODER PÚBLICO MUNICIPAL – INCONSTITUCIONALIDADE FORMAL ORGÂNICA E MATERIAL DO ARTIGO 60, CAPUT E PARÁGRAFO ÚNICO DA LEI MUNICIPAL Nº 783/2007 - ARQUIVAR.
0018	Assembleia Legislativa	CONSULTA – ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO – CONHECER - APLICABILIDADE E ALCANCE DA LEI ESTADUAL 10.204/2014 PARA SUBVENCIONAR MANIFESTAÇÕES CULTURAIS RELATIVAS À MÚSICA GOSPEL E EVENTOS RELIGIOSOS PELO PODER PÚBLICO – POSSIBILIDADE NOS CASOS EM QUE HOUVER PREEMINÊNCIA DO CARATÉR TURÍSTICO, SOCIAL OU CULTURAL SOBRE A QUESTÃO RELIGIOSA.
<b>Total no trimestre</b>		<b>PLENÁRIO: 08</b>

### 3.3 - AÇÕES DE CONTROLE EXTERNO

As ações de controle externo a serem realizadas pelo TCEES sejam de iniciativa externa (denúncias, representações etc.) ou de iniciativa interna / própria, estão discriminadas no seu Plano Anual de Fiscalização (PAF), que é um instrumento de planejamento das ações de fiscalização do Tribunal de Contas, elaborado pela Secretaria Geral de Controle Externo – Segex e aprovado em Plenário.

O procedimento de auditoria, principal instrumento utilizado nas ações de controle externo, é composto por três etapas: o planejamento, a execução in loco e a elaboração do relatório, etapas essas precedidas pela elaboração de um Plano de Fiscalização específico.

	Out	Nov	Dez	Total
<b>Consulta</b>	1	8	3	12
<b>Instrução Técnica de Consulta</b>	<u>1</u>	<u>8</u>	<u>3</u>	<u>12</u>
<b>Contas</b>	<b>205</b>	<b>238</b>	<b>160</b>	<b>603</b>
<b>Prestação de Contas</b>	194	218	142	554
<b>Bimestral</b>	2	0	0	2
<b>Instrução Técnica Inicial</b>	<u>2</u>	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>2</u>
<b>Mensal</b>	2	3	1	6
<b>Decisão SEGEX</b>	<u>1</u>	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>1</u>
<b>Instrução Técnica Conclusiva</b>	<u>0</u>	<u>2</u>	<u>1</u>	<u>3</u>
<b>Instrução Técnica Inicial</b>	<u>1</u>	<u>1</u>	<u>0</u>	<u>2</u>
<b>Ordenador</b>	137	155	121	413
<b>Decisão SEGEX</b>	<u>40</u>	<u>41</u>	<u>36</u>	<u>117</u>
<b>Instrução Técnica Conclusiva</b>	<u>49</u>	<u>68</u>	<u>42</u>	<u>159</u>
<b>Instrução Técnica Inicial</b>	<u>41</u>	<u>38</u>	<u>39</u>	<u>118</u>
<b>Manifestação Técnica</b>	<u>7</u>	<u>8</u>	<u>4</u>	<u>19</u>
<b>Prefeito</b>	53	60	20	133
<b>Decisão SEGEX</b>	<u>23</u>	<u>25</u>	<u>10</u>	<u>58</u>
<b>Instrução Técnica Conclusiva</b>	<u>2</u>	<u>4</u>	<u>0</u>	<u>6</u>
<b>Instrução Técnica Inicial</b>	<u>23</u>	<u>25</u>	<u>10</u>	<u>58</u>
<b>Manifestação Técnica</b>	<u>5</u>	<u>6</u>	<u>0</u>	<u>11</u>
<b>Tomada de Contas Especial</b>	11	20	18	49
<b>Convertida</b>	2	3	5	10
<b>Instrução Técnica Conclusiva</b>	<u>1</u>	<u>2</u>	<u>3</u>	<u>6</u>
<b>Manifestação Técnica</b>	<u>1</u>	<u>1</u>	<u>2</u>	<u>4</u>
<b>Determinada</b>	3	9	8	20

<b>Decisão SEGEX</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>2</b>
<b>Instrução Técnica Conclusiva</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>1</b>
<b>Instrução Técnica Inicial</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>5</b>
<b>Manifestação Técnica</b>	<b>1</b>	<b>5</b>	<b>6</b>	<b>12</b>
<b>Instaurada</b>	6	8	5	19
<b>Decisão SEGEX</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>1</b>
<b>Instrução Técnica Conclusiva</b>	<b>3</b>	<b>5</b>	<b>3</b>	<b>11</b>
<b>Instrução Técnica Inicial</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>2</b>
<b>Manifestação Técnica</b>	<b>3</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>5</b>
<b>Fiscalização</b>	<b>853</b>	<b>620</b>	<b>414</b>	<b>1.887</b>
<b>Instrução Técnica Preliminar</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1</b>
<b>Acompanhamento</b>	0	1	0	1
<b>Instrução Técnica Conclusiva</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>1</b>
<b>Atos Sujeitos a Registro</b>	740	492	327	1.559
<b>Admissão</b>	332	265	171	768
<b>Instrução Técnica Conclusiva</b>	<b>16</b>	<b>8</b>	<b>40</b>	<b>64</b>
<b>Instrução Técnica Preliminar</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>3</b>
<b>Manifestação Técnica</b>	<b>315</b>	<b>256</b>	<b>130</b>	<b>701</b>
<b>Aposentadoria</b>	279	180	120	579
<b>Instrução Técnica Conclusiva</b>	<b>230</b>	<b>140</b>	<b>84</b>	<b>454</b>
<b>Instrução Técnica Preliminar</b>	<b>48</b>	<b>39</b>	<b>35</b>	<b>122</b>
<b>Manifestação Técnica</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>3</b>
<b>Edital de Concurso</b>	10	7	5	22
<b>Decisão SEGEX</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>1</b>
<b>Instrução Técnica Conclusiva</b>	<b>4</b>	<b>3</b>	<b>0</b>	<b>7</b>
<b>Instrução Técnica Inicial</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>1</b>
<b>Instrução Técnica Preliminar</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>1</b>	<b>8</b>
<b>Manifestação Técnica</b>	<b>3</b>	<b>0</b>	<b>2</b>	<b>5</b>
<b>Pensão</b>	77	25	26	128
<b>Instrução Técnica Conclusiva</b>	<b>53</b>	<b>17</b>	<b>22</b>	<b>92</b>
<b>Instrução Técnica Preliminar</b>	<b>24</b>	<b>8</b>	<b>4</b>	<b>36</b>
<b>Reforma</b>	8	3	3	14
<b>Instrução Técnica Conclusiva</b>	<b>5</b>	<b>3</b>	<b>3</b>	<b>11</b>
<b>Instrução Técnica Preliminar</b>	<b>3</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>3</b>
<b>Reserva</b>	32	12	2	46
<b>Instrução Técnica Conclusiva</b>	<b>30</b>	<b>12</b>	<b>2</b>	<b>44</b>
<b>Instrução Técnica Preliminar</b>	<b>2</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>2</b>
<b>Revisão</b>	2	0	0	2
<b>Instrução Técnica Conclusiva</b>	<b>2</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>2</b>
<b>Auditoria</b>	22	38	13	73

<b>Decisão SEGEX</b>	<u>3</u>	<u>2</u>	<u>1</u>	<u>6</u>
<b>Instrução Técnica Conclusiva</b>	<u>10</u>	<u>5</u>	<u>4</u>	<u>19</u>
<b>Instrução Técnica Inicial</b>	<u>5</u>	<u>9</u>	<u>4</u>	<u>18</u>
<b>Manifestação Técnica</b>	<u>4</u>	<u>22</u>	<u>4</u>	<u>30</u>
<b>Denúncia</b>	5	3	5	13
<b>Instrução Técnica Conclusiva</b>	<u>3</u>	<u>1</u>	<u>1</u>	<u>5</u>
<b>Instrução Técnica Inicial</b>	<u>0</u>	<u>1</u>	<u>0</u>	<u>1</u>
<b>Manifestação Técnica</b>	<u>2</u>	<u>1</u>	<u>4</u>	<u>7</u>
<b>Fiscalização de Instrumento Convocatório</b>	1	0	0	1
<b>Manifestação Técnica</b>	<u>1</u>	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>1</u>
<b>Gestão Fiscal</b>	4	0	0	4
<b>Relatório de Gestão Fiscal</b>	4	0	0	4
<b>Manifestação Técnica</b>	<u>4</u>	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>4</u>
<b>Inspeção</b>	0	2	1	3
<b>Decisão SEGEX</b>	<u>0</u>	<u>1</u>	<u>0</u>	<u>1</u>
<b>Instrução Técnica Inicial</b>	<u>0</u>	<u>1</u>	<u>0</u>	<u>1</u>
<b>Manifestação Técnica</b>	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>1</u>	<u>1</u>
<b>Levantamento</b>	1	2	1	4
<b>Instrução Técnica Conclusiva</b>	<u>1</u>	<u>2</u>	<u>0</u>	<u>3</u>
<b>Manifestação Técnica</b>	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>1</u>	<u>1</u>
<b>Monitoramento</b>	1	0	8	9
<b>Instrução Técnica Conclusiva</b>	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>1</u>	<u>1</u>
<b>Manifestação Técnica</b>	<u>1</u>	<u>0</u>	<u>7</u>	<u>8</u>
<b>Representação</b>	78	81	59	218
<b>Decisão SEGEX</b>	<u>6</u>	<u>9</u>	<u>6</u>	<u>21</u>
<b>Instrução Técnica Conclusiva</b>	<u>16</u>	<u>17</u>	<u>14</u>	<u>47</u>
<b>Instrução Técnica Inicial</b>	<u>9</u>	<u>12</u>	<u>5</u>	<u>26</u>
<b>Manifestação Técnica</b>	<u>47</u>	<u>43</u>	<u>34</u>	<u>124</u>
<b>Solicitação do Poder Legislativo</b>	0	1	0	1
<b>Solicitação de Auditoria/Inspeção</b>	0	1	0	1
<b>Instrução Técnica Conclusiva</b>	<u>0</u>	<u>1</u>	<u>0</u>	<u>1</u>
<b>Recurso</b>	35	39	21	95
<b>Agravo</b>	3	2	2	7
<b>Instrução Técnica de Recurso</b>	<u>3</u>	<u>2</u>	<u>2</u>	<u>7</u>
<b>Embargos de Declaração</b>	2	5	5	12
<b>Instrução Técnica de Recurso</b>	<u>2</u>	<u>4</u>	<u>5</u>	<u>11</u>
<b>Manifestação Técnica</b>	<u>0</u>	<u>1</u>	<u>0</u>	<u>1</u>
<b>Pedido de Reexame</b>	7	10	3	20
<b>Instrução Técnica de Recurso</b>	<u>7</u>	<u>8</u>	<u>2</u>	<u>17</u>
<b>Manifestação Técnica</b>	<u>0</u>	<u>2</u>	<u>1</u>	<u>3</u>
<b>Recurso de Reconsideração</b>	23	22	11	56

<b>Instrução Técnica de Recurso</b>	<u>22</u>	<u>16</u>	<u>6</u>	<u>44</u>
<b>Manifestação Técnica</b>	<u>1</u>	<u>6</u>	<u>5</u>	<u>12</u>
<b>Revisão</b>	<u>1</u>	<u>1</u>	<u>0</u>	<u>2</u>
<b>Pedido de Revisão</b>	<u>1</u>	<u>1</u>	<u>0</u>	<u>2</u>
<b>Instrução Técnica de Pedido de Revisão</b>	<u>1</u>	<u>1</u>	<u>0</u>	<u>2</u>
<b>Total de documentos gerados no período</b>	<b>1.095</b>	<b>906</b>	<b>598</b>	<b>2.599</b>

Resumo:

	<b>Out</b>	<b>Nov</b>	<b>Dez</b>	<b>Total</b>
<b>Secretaria de Controle Externo de Educação e Segurança Pública</b>	<u>4</u>	<u>6</u>	<u>12</u>	<u>22</u>
<b>Secretaria de Controle Externo de Engenharia e Meio Ambiente</b>	<u>16</u>	<u>18</u>	<u>24</u>	<u>58</u>
<b>Secretaria de Controle Externo de Fiscalizações Não Especializadas</b>	<u>33</u>	<u>41</u>	<u>25</u>	<u>99</u>
<b>Secretaria de Controle Externo de Previdência e Pessoal</b>	<u>17</u>	<u>34</u>	<u>23</u>	<u>74</u>
<b>Secretaria de Controle Externo de Saúde e Assistência Social</b>	<u>18</u>	<u>10</u>	<u>7</u>	<u>35</u>
<b>Núcleo de Controle Externo de Avaliação de Políticas Públicas</b>	<u>0</u>	<u>2</u>	<u>0</u>	<u>2</u>
<b>Núcleo de Controle Externo de Contabilidade e Economia</b>	<u>198</u>	<u>232</u>	<u>136</u>	<u>566</u>
<b>Núcleo de Controle Externo de Macroavaliação Governamental</b>	<u>4</u>	<u>0</u>	<u>1</u>	<u>5</u>
<b>Núcleo de Controle Externo de Normatização da Fiscalização</b>	<u>7</u>	<u>9</u>	<u>7</u>	<u>23</u>
<b>Núcleo de Controle Externo de Recursos e Consultas</b>	<u>37</u>	<u>45</u>	<u>24</u>	<u>106</u>
<b>Núcleo de Controle Externo de Regimes Especiais</b>	<u>6</u>	<u>4</u>	<u>3</u>	<u>13</u>
<b>Núcleo de Controle Externo de Registro de Atos de Pessoal</b>	<u>741</u>	<u>492</u>	<u>328</u>	<u>1.561</u>
<b>Núcleo de Controle Externo de Tecnologia da Informação e Comunicação</b>	<u>14</u>	<u>13</u>	<u>8</u>	<u>35</u>
<b>Total de documentos gerados no período</b>	<b>1.095</b>	<b>906</b>	<b>598</b>	<b>2.599</b>

## 4 - ATIVIDADES DE GESTÃO

---

### 4.1 - GESTÃO DE PESSOAS

O quadro geral de ocupação do TCEES está distribuído conforme tabelas abaixo:

Cargo	Ocupados	Disponíveis	Total
<b>Conselheiro</b>	<b>7</b>	<b>0</b>	<b>7</b>
<b>Cargos efetivos</b>	<b>292</b>	<b>5</b>	<b>297</b>
<b>Conselheiro Substituto</b>	<b>3</b>	<b>1</b>	<b>4</b>
<b>Procurador Especial de Contas</b>	<b>3</b>	<b>0</b>	<b>3</b>
Auditor de Controle Externo	239	3	242
Assistente Técnico	15	0	15
Auxiliar de Serviços	9	0	9
Analista Administrativo	23	1	24
<b>Cargos de Gabinete</b>	<b>69</b>	<b>8</b>	<b>77</b>
<b>Cargos comissionados</b>	<b>232</b>	<b>8</b>	<b>240</b>
Chefias	26	0	26
Assessoramento	137	0	137
<b>Total</b>	<b>531</b>	<b>13</b>	<b>544</b>

Estabilizados	<b>11</b>
Efetivos de outros órgãos ocupando cargo comissionado	<b>13</b>
Efetivos do TCEES ocupando cargo comissionado	<b>25</b>

Estagiários	4º trim 2018
Nível superior	97
Nível médio	34

Informações mais detalhadas sobre Gestão de Pessoas estão disponíveis no portal [www.tce.es.gov.br](http://www.tce.es.gov.br), no “Portal da Transparência”, na opção “Pessoal”.

## GESTÃO DO CONHECIMENTO

Resultados da capacitação	4º trim 2017	4º trim 2018
<b>Eventos</b>	58	58
Eventos para servidores do TCEES	45	53
<i>I</i> nterno ( <i>promovido pelo TCEES</i> )	5	7
<i>E</i> xterno ( <i>promovido por outras instituições</i> )	27	36
<i>I</i> niciativa do servidor	1	1
Outros eventos	12	9
Eventos para jurisdicionados TCEES (Presencial)	13	5
Eventos para jurisdicionados TCEES (EAD)	-	-
<b>Pessoas capacitadas</b>	<b>1.010</b>	<b>18.870</b>
Servidores e membros do TCEES	297	318
Jurisdicionados (Presencial)	713	449
Jurisdicionados (EAD)	-	18.103
<b>Horas de capacitação</b>	<b>8.589</b>	<b>487.493</b>
Servidores e membros do TCEES	3310	5.047
Jurisdicionados (Presencial)	5.279	2.482
Jurisdicionados (EAD)	-	479.964

A capacitação também acontece por meio do acervo disponível na Biblioteca, que atualmente conta com 13.711 itens, disponível tanto para os seus servidores quanto para servidores de jurisdicionados e público externo em geral.

## 4.2 - GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

O orçamento do TCEES para o exercício de 2018 apresentou dotação orçamentária inicial de **R\$ 155.578.855,00**.

A distribuição segundo a natureza da despesa está indicada na tabela a seguir:

Acompanhamento	Dotação Inicial	Dotação atualizada <sup>(1)</sup>	Empenhado <sup>(1)</sup>	Liquidado <sup>(1)</sup>	Pago <sup>(1)</sup>
<b>Despesas correntes</b>	<b>151.172.460,00</b>	<b>160.376.860,00</b>	<b>155.283.686,92</b>	<b>152.893.660,75</b>	<b>152.635.404,93</b>
Pessoal	126.668.828,08	136.458.028,08	134.018.143,34	133.656.834,50	133.398.578,68
Pessoal - Ativo	109.668.828,08	109.958.028,08	109.198.381,26	108.837.072,42	108.578.816,60
Pessoal - (aporte ao RPPS - FF)	17.000.000,00	26.500.000,00	24.819.762,08	24.819.762,08	24.819.762,08
Outras despesas (custeio)	24.503.631,92	23.918.831,92	21.265.543,58	19.236.826,25	19.236.826,25
<b>Despesas de capital (investimento)</b>	<b>4.406.395,00</b>	<b>5.305.195,00</b>	<b>4.184.307,91</b>	<b>1.370.210,51</b>	<b>1.370.210,51</b>
<b>Total Geral</b>	<b>155.578.855,00</b>	<b>165.682.055,00</b>	<b>159.467.994,83</b>	<b>154.263.871,26</b>	<b>154.005.615,44</b>

<sup>(1)</sup> Valores acumulados no ano, até o trimestre em análise.

Informações mais detalhadas sobre as despesas realizadas estão disponíveis no portal [www.tce.es.gov.br](http://www.tce.es.gov.br), na sessão Portal da Transparência.

## LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

A apuração do limite de gasto com pessoal está resumida na tabela a seguir e detalhada no Relatório de Gestão Fiscal do TCEES, disponível no portal [www.tce.es.gov.br](http://www.tce.es.gov.br).

(valores em R\$)

Descrição	JAN/18 A DEZ/18
Despesa com pessoal para fins de apuração do limite – R\$	108.683.204,60
Receita Corrente Líquida – R\$	13.567.368.617,47
Limite apurado – %	0,801%
Limite máximo – 1,300 %	176.338.661,43
Limite prudencial – 1,235 %	167.521.728,36
Limite de alerta – 1,170 %	158.704.795,28

Fonte: RGF – ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea “a”)

<sup>2</sup> Última versão disponível pis o relatório fecha no fim de dezembro.

#### **4.3 - SERVIÇOS GERAIS**

As Atividades desenvolvidas pelo NOM no quarto trimestre de 2018 foram:

- Fiscalização da obra de reforma do telhado;
- Fiscalização do Contrato de Modernização dos Elevadores;
- Fiscalização do Contrato de Fiscalização da Modernização dos Elevadores;
- Fiscalização da obra de adequação civil e elétrica para a modernização dos elevadores;
- Auxílio à CPL na licitação de contratação da obra de construção de salas e reforma do estacionamento;
- Fiscalização da obra de construção de salas e reforma do estacionamento que teve início em dezembro;
- Instalação dos novos No-breaks da STI;
- Contratação do Projeto Executivo de reforma elétrica;
- Acompanhamento da execução do contrato de manutenção predial;
- Projeto para reforma elétrica do TCEES;
- Aquisição e instalação de aparelhos de ar condicionado no hall do auditório e em diversas salas;
- Alteração de divisórias na sala do médico e na SGP;
- Troca da iluminação da recepção e do auditório por luminárias LED;
- Manutenção e limpeza dos telhados e calhas;
- Projetos de adequação de leiautes conforme solicitações;
- Acompanhamento de processos de aprovação de projeto pela PMV;
- Acompanhamento do processo de alvará junto à PMV;
- Acompanhamento do processo de alvará junto ao CBMES;
- Alimentação de informações para o GEO-OBRAS;

- Acompanhamento/fiscalização do contrato de manutenção dos elevadores;
- Acompanhamento/fiscalização do contrato de manutenção dos aparelhos de ar condicionado;
- Acompanhamento diário do consumo de água;
- Atendimento das solicitações de serviços de manutenção predial.

#### **4.4 - GESTÃO DOCUMENTAL**

Controle documental	4º trim 2017	4º trim 2018
Correspondências expedidas	263	282
Correspondências recebidas	5363	4188
Nº de processos arquivados	1123	1156
Nº de atendimentos online	-	-
Nº atendimentos presenciais	5.457	2498
<b>Nº de processos autuados</b>	<b>1741</b>	<b>1946</b>
Processos de Pessoal do TCEES	6	5
Processos Administrativos do TCEES	118	175
Processos de Controle Externo	1617	1766

#### **4.5 - COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL**

A comunicação institucional do TCEES tem como foco a promoção do intercâmbio de informações, dentro do Tribunal e entre o Órgão e a sociedade, de forma a viabilizar a construção e a manutenção da imagem corporativa.

O Tribunal mantém instrumentos destinados à divulgação interna e externa das atribuições e dos resultados de suas ações, de formas compreensíveis para servidores, jurisdicionados e cidadãos, visando a efetividade e a eficiência da comunicação.

<b>Canais de comunicação externa</b>	
Portal TCEES	Meio de divulgação de informações e serviços pela internet, por meio do endereço <a href="http://www.tce.es.gov.br">www.tce.es.gov.br</a> .
Informativo Acontece	Boletim informativo com periodicidade bimestral, enviado para órgãos jurisdicionados, Tribunais de Contas, faculdades estaduais (curso de Direito e Administração), jornalistas, órgãos representantes dos Tribunais e servidores do TCEES.
Responsabilidade Social	<p>“Ética e transparência” e “Responsabilidade Sustentável” são valores preconizados pelo TCEES.</p> <p>Com gestão ética e transparente, a instituição tem diversas iniciativas que reforçam seu compromisso com uma sociedade mais justa: apresentações diversas do Coral de Contas - formado por servidores da casa – em instituições filantrópicas e terminais rodoviários da Grande Vitória; campanhas solidárias e empréstimo do auditório da Escola de Contas Públicas (ECP).</p>
Redes Sociais	O perfil oficial do TCE – ES no Facebook passou a funcionar oficialmente a partir do dia 24 de julho de 2017.

<b>Canais de comunicação interna</b>	
Intranet	Rede interna do TCEES, acessível exclusivamente aos servidores, que podem obter instantaneamente informações sobre o Tribunal de Contas, seu corpo funcional e eventos de capacitação.
Na Sessão	Informativo online, enviado semanalmente, por e-mail, aos servidores do TCEES, com o resumo dos processos julgados/apreciados em Plenário.

Notícias no Ponto	Jornal mural semanal afixado em seis pontos estratégicos. Enfoca assuntos relacionados à saúde e bem-estar, à etiqueta social e profissional, à rotina corporativa e às características dos servidores.	
-------------------	---	--

<b>Principais atividades de comunicação</b>	<b>4º trim 2017</b>	<b>4º trim 2018</b>
<b>Comunicação externa</b>		
Nº de atendimento de demandas de imprensa	103	58
Nº jornalistas recebidos no TCEES	18	6
Nº de entrevistas coletivas/workshop	1	195
Nº de <i>releases/notas/artigos</i> enviados à imprensa	46	25
Nº de notícias inseridas no Portal TCEES	-	57
Nº de fotos/imagens inseridas no Portal TCEES	-	102
Nº de postagens em redes sociais (Facebook e Instagram)	142	195
Nº de visualizações em redes sociais (Facebook)	61.944	101.985
Nº e vídeos postados	-	35
<b>Comunicação interna</b>		
Nº de notícias inseridas na Intranet	74	95
Nº de eventos fotografados	-	30
Nº de campanhas internas realizadas	2	6
Nº de campanhas solidárias realizadas	1	4
Nº de peças gráficas (para todas as mídias/publicações)	-	244
Nº de vídeos publicados na Intranet	-	2
Nº de páginas editadas do DOC	92	5731
<b>(*) Descrever em Notas Explicativas</b>		

## 4.6 – TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

As principais atividades da área de tecnologia de informação, no 4º trimestre, foram:

Evolução da Tecnologia da Informação	4º trim 2017	4º trim 2018
Estações de trabalho	707	746
Servidores com acesso aos recursos da rede	646	685
Sistemas em desenvolvimento e/ou em implantação	3	2
<b>Sistemas em funcionamento</b>	<b>43</b>	<b>43</b>
Desenvolvidos pela STI	32	32
Adquiridos de terceiros	11	11

*Obs: Valores do 4º trimestre referem-se a TCEES – Custo, e-TCEES - Processo Administrativo em desenvolvimento e e-TCEES - Gestão de Identidades que foi implantado.*

Dos sistemas em funcionamento que são desenvolvidos pelos técnicos do Tribunal, destacam-se os relacionados ao suporte para o controle externo.

Sistemas de suporte ao controle externo	Descrição
Sistema LRF Web	Sistema que visa receber e tratar os dados referentes às informações sobre a execução orçamentária e a gestão fiscal, na esfera municipal da administração pública, para fins de verificação dos pontos de controle relacionados à Lei de Responsabilidade Fiscal.
CidadES: Prestação de Contas Mensal	Sistema de remessa digital ao TCE-ES, pela administração direta e indireta das esferas estadual e municipal, das prestações de contas mensais, de acordo com a Lei Federal nº 4.320/64.
CidadES: Prestação de Contas Anual	Sistema de remessa digital ao TCE-ES, pela administração direta e indireta das esferas estadual e municipal, das prestações de contas anuais, de acordo com a Lei Federal nº 4.320/64.

CidadES: Atos Sujeitos a Registro - Admissão	Sistema de remessa digital ao TCE-ES, pela administração direta e indireta das esferas estadual e municipal, dos atos sujeitos a registro referentes a admissão de pessoal para os cargos e empregos públicos.
CidadES Controle Social	Sistema que visa o acompanhamento da aplicação do dinheiro público no ES, oferecendo informações fiscais e econômicas, indicadores relacionados a saúde, educação pessoal, IEGM, bem como os resultados das fiscalizações e julgamentos das contas.
Sistema Informatizado de Controle de Obras Públicas – GEO-OBRAS	Sistema de informações geográficas que visa receber os dados referentes à execução físico-financeira das obras públicas executadas em todos os órgãos das esferas estadual e municipais.
e-TCEES: Monitoramento de Deliberações	Sistema que permite à área técnica do TCE-ES a verificação, por meio de monitoramento, do cumprimento das determinações e recomendações expedidas pelo TCE-ES e dos resultados delas advindos.
e-TCEES: Sistema de Fiscalização	Sistema que possibilita aos auditores realizar fiscalizações estruturadas conforme o manual de auditoria do TCE-ES, englobando as fases de designação, planejamento e execução.
e-TCEES: Benefícios	Sistema que permite aos auditores a identificação, avaliação e registro dos benefícios das ações de controle externo.

## 4.7 - CONTROLE INTERNO

O Núcleo de Controle Interno (NCI) instituído por meio da Resolução TC Nº 223, de 16 de dezembro de 2010, é uma unidade vinculada diretamente à Presidência, e integra o Sistema de Controle Interno do TCEES, juntamente com as demais unidades pertencentes à estrutura organizacional do Tribunal de Contas.

No período em referência foram desenvolvidas as seguintes atividades pelo NCI:

- Elaboração de Proposta de Norma SFI Nº 006/2018, que dispõe sobre a inscrição de responsáveis por débitos perante o TCEES no CADIN;
- Elaboração da Avaliação de Riscos Inerentes para fins de planejamento das ações de Controle Interno referentes ao Exercício de 2019;
- Desenvolvimento de Matrizes de Planejamento para a realização de auditorias internas pelo NCI (fiscalização de licitações e contratos, e monitoramento de recomendações ao Almoxarifado e Patrimônio);

- d) Elaboração do Plano Anual de Auditoria Interna para o exercício de 2019;
- e) Participação do servidor Edilson Barboza de curso em São Paulo, no mês de dezembro de 2018, relativo à certificação ISO 31000;
- f) Participação do servidor Sergio de Campos em curso em Vitória, nos dias 13 e 14 de dezembro de 2018, no Curso Planejamento de Riscos e Controles nas Aquisições;
- g) Elaboração de Proposta de Norma SCT Nº 004/2018 – que dispõe sobre a dosimetria na aplicação da penalidade de impedimento de licitar e contratar;
- h) Elaboração de Proposta de Norma SCT Nº 003/2018, que dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito do TCEES;

## **4.8 - GESTÃO DA ESTRATÉGIA**

Destacam-se abaixo, as principais atividades desenvolvidas pelo DAS - Governança, no 4º trimestre de 2018:

- Acompanhamento dos projetos priorizados em 2018 e preparação para reunião bimestral de acompanhamento com o presidente;
- Definição e apresentação dos 16 projetos prioritários para 2019;
- Acompanhamento dos indicadores estratégicos do TCE;
- Participação no 2º Fórum de Vereadores & Vereadoras na Assembleia Legislativa, em Vitória;
- Realização do evento “Planejamento 2019” para todos os servidores do Tribunal, que apresenta os Projetos Estratégicos para 2019 e os principais pontos do Plano Anual de Fiscalização (PAF);
- Elaboração de Relatório de Atividades do 3º Trimestre 2018;
- Coordenação das reuniões e produção de relatórios para a Câmara de Gestores Orçamentários do TCEE;

- Realização do treinamento de Governança – uma nova diretriz na Administração Pública;
- Visita técnica à sede da Prefeitura de Vitória para conhecer o funcionamento do Observatório de Indicadores;
- Participação em evento 4ª Semana de Inovação – Serviço Público para o Futuro, no TCU – Brasília/DF.

## 5 - NÚCLEO DE JURISPRUDÊNCIA E SÚMULA

---

O Núcleo de Jurisprudência realizou as seguintes atividades no 4º trimestre de 2018:

- Publicação e envio quinzenal do Informativo de Jurisprudência a todos os servidores do TCEES e aos usuários externos cadastrados no site. Disponíveis em: <http://www2.tce.es.gov.br/nucleo-de-jurisprudencia-e-sumula/boletim-informativo/> ;
- Atualização diária do banco de dados do MapJuris, com a inserção e sistematização rotineira de entendimentos emanados por este Tribunal nos processos sob a sua jurisdição, publicados por meio de excertos. Disponíveis em <https://mapjuris.tce.es.gov.br/> ;
- Realização de Estudos Técnicos de Jurisprudência objetivando a análise da existência, no âmbito deste Tribunal, de súmulas de jurisprudência, prejulgados ou deliberações, sobre temas que são objeto de consultas formalizadas a este Tribunal, nos termos do artigo 445, inciso III, do Regimento Interno, aprovado pela Resolução n. 261/13.

O Informativo de Jurisprudência é o boletim elaborado pelo Núcleo de Jurisprudência que tem por escopo apresentar, resumidamente, as teses jurídicas que foram discutidas e aprovadas na Sessão Plenária, Sessão da 1ª Câmara ou Sessão da 2ª Câmara. Trata-se de compêndio das decisões publicadas no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas do Espírito Santo, considerando critérios de ineditismo, relevância ou reiteração.

O MAPJURIS é um sistema de pesquisa e sistematização dos entendimentos proferidos por esta Corte de Contas. É competência do Núcleo de Jurisprudência e Súmula inserir as informações no MAPJURIS e sistematizar os entendimentos que forem se consolidando, por meio da extração de teses jurídicas das deliberações do Tribunal, organizando-as em uma árvore de assuntos. A categorização das decisões permite uma análise de várias teses sobre um mesmo assunto e consequentemente a formação dos entendimentos.

## 6 - MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TC

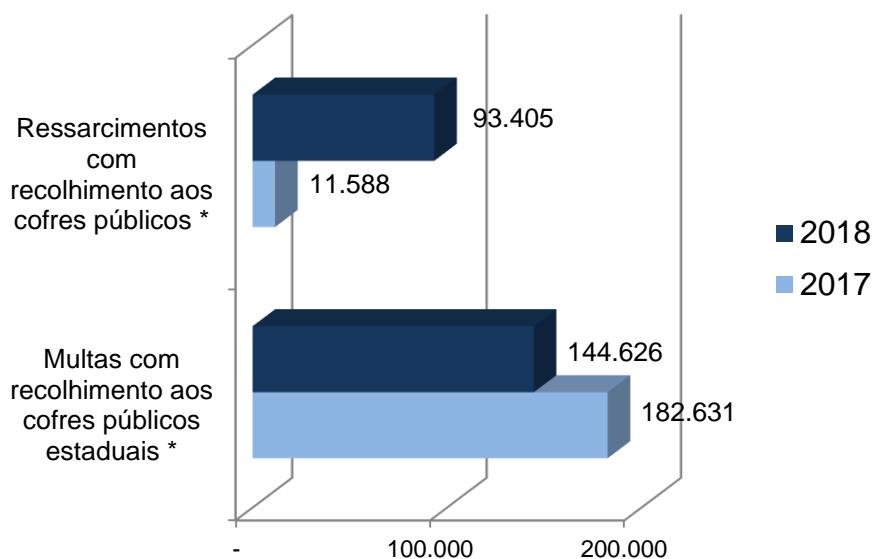
---

O Ministério Público junto ao Tribunal de Contas é um órgão autônomo e independente, cuja finalidade principal é a defesa da ordem jurídica no âmbito de atuação do TCEES, representando contra a ilegitimidade ou irregularidade de qualquer despesa.

Atividades	4º trim 2017	4º trim 2018
Processos distribuídos	3.184	2.048
Pareceres emitidos	3484	1.365
Termos de atualização de valores a cobrar	63	195
Termos de verificação de valores pagos	58	27
Novas cobranças cadastradas no sistema	72	176

Montante de multas e resarcimentos com recolhimento comprovado pelo TCEES	4º trim 2017	4º trim 2018
Multas com recolhimento aos cofres públicos estaduais *	182.630,54	144.625,69
Ressarcimentos com recolhimento aos cofres públicos *	11.587,67	93.404,89
<b>Total</b>	<b>194.218,21</b>	<b>238.030,58</b>

\* Informações sujeitas a atualizações, de acordo com a comprovação de pagamento encaminhada ao TCEES.



## 7 - CORREGEDORIA

---

A Corregedoria do Tribunal de Contas, criada por meio da Lei Complementar nº 549, de **16 de abril de 2010**, tem como Corregedor o Conselheiro Rodrigo Flávio Freire Farias Chamoun ( biênio 2017/2018).

### Reuniões

Com objetivo de tratar de assuntos relacionados às atribuições da Corregedoria, no que tange ao controle dos prazos processuais no âmbito deste Tribunal, foram realizadas reuniões com os representantes das seguintes unidades:

- Núcleo de Contabilidade e Economia (NCE)
- Núcleo de Normatização da Fiscalização (NNF),
- SecexEngenharia
- SecexPrevidência
- Secretaria Geral das Sessões (SGS)
- GAC - Rodrigo Coelho
- GAC - Domingos Taufner

Foram apresentados, em reuniões administrativas de conselheiros, os resultados das correções e dos controles de prazos processuais realizados pela Corregedoria.

## **Projetos**

- **Painéis de controle de gestão de prazos**

Acompanhamento do desenvolvimento de sistema eletrônico de gerenciamento dos prazos dos processos de controle externo.

- **Grupo Técnico de Corregedoria – Atricon**

Participação de servidora da Corregedoria no Grupo Técnico de Corregedorias – Atricon (Projeto 1.5 – Aprimoramento da atuação das corregedorias dos tribunais de contas) que tem como propósito incentivar a efetiva atuação das corregedorias dos tribunais de contas como instrumentos de eficácia do controle externo.

- **Comissão Temática Atricon – Governança nos Tribunais de Contas**

Participação de servidora da Corregedoria na comissão temática - Governança nos Tribunais de Contas, instituída por meio da Portaria nº 17/2018, que tem como responsabilidade o estabelecimento de Diretrizes de Controle Externo, no tocante ao tema governança, para o Marco de Medição de Desempenho dos Tribunais de Contas do Brasil – MMD-TC.

## **Participação em eventos**

Participação de servidora da Corregedoria em Brasília nos dias 02 e 03/10/2018 para discussão de proposta de Resolução Atricon que trata da temática “Governança nos Tribunais de Contas”.

Participação de servidora da Corregedoria no “VI Encontro dos Tribunais de Contas do Brasil” realizado no período 28 a 30 de novembro em Florianópolis (SC).

## **Visita Técnica recebida**

Atendimento aos servidores do TCE PI, na visita técnica à Corregedoria nos dias 05 e 06/11/2018, com o objetivo de apresentar os procedimentos realizados pela unidade.

## **Atividades técnicas e administrativas da Corregedoria**

- Atualização das informações constantes no Portal da Corregedoria;
- Elaboração de relatório referente à Correição Extraordinária realizada pela unidade;
- Controle e instrução de processos e protocolos localizados no setor;
- Instrução de denúncias e investigações preliminares;
- Elaboração do Relatório de Atividades referente ao 3º bimestre de 2018;
- Instrução de pedidos formulados por servidores quanto ao envolvimento em processos administrativos disciplinares;
- Controle gerencial de prazos processuais do TCEES;
- Emissão de relatórios de monitoramento de prazos dos processos de controle externo em estoque;
- Emissão de relatórios de monitoramento de prazos dos processos de controle externo autuados a partir do ano de 2017;
- Estudos técnicos sobre as atividades desenvolvidas pela unidade;
- Elaboração de Manual de Rotinas Administrativas;
- Elaboração de voto em processo que versa sobre a avaliação de desempenho de auditor de controle externo e de analista administrativo que se encontravam em estágio probatório;
- Elaboração de Portarias; e
- Suporte/atendimento às comissões processantes e unidades técnicas e administrativas do Tribunal.

## **8 - OUVIDORIA**

---

### **2. Atividades Desenvolvidas**

#### **2.1 Reuniões**

Com objetivo de aperfeiçoar as atividades, foi realizada reunião com os gestores das Unidades do TCEES, com finalidade de sensibilizá-los quanto a importância da efetiva atuação da Ouvidoria como órgão permanente de interação com a sociedade e promotor do controle social, e da participação das diversas unidades para que possamos alcançar

esse objetivo. Na reunião, que contou com a presença do Ouvidor e das coordenadoras desta Ouvidoria, foram repassados os artigos da Resolução 274/2014 - que disciplina a atuação da Ouvidoria do TCEES - relativos as disposições gerais e procedimentos da Ouvidoria, participação das unidades do TCEES e os prazos de resposta dessas para a Ouvidoria, como também, os prazos de resposta da Ouvidoria para o cidadão demandante.

Na reunião foram também repassados aos gestores tópicos relevantes das leis nº 12.527/2011 - Lei de Acesso a Informação (LAI) e nº 13.460/2017- Código de Defesa do Usuário dos Serviços Públicos que dizem respeito aos serviços de Ouvidoria.

## **2.2 Projetos**

### **2.2.1 Sistema de Ouvidoria**

Participação das coordenadoras da Ouvidoria na especificação do sistema de ouvidoria do projeto em desenvolvimento “Sistema de Ouvidoria: modernização do sistema de ouvidoria com o desenvolvimento de um sistema integrado com o e-TCEES”. Projeto aprovado como um dos Projetos Prioritários do portfólio de projetos do TCE-ES para 2019.

### **2.2.2 Aprimoramento da atuação das Ouvidorias dos Tribunais de Contas – Atricon**

No dia 28/11/2018, a Ouvidoria do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo coordenou reunião técnica no VI Encontro Nacional dos Tribunais de Contas, realizado em Florianópolis, com objetivo de monitorar o andamento do projeto 1.2 da Atricon de incentivo a efetiva atuação das ouvidorias das Cortes como órgãos permanentes de interação com a sociedade e promotores do controle social.

A Ouvidoria do TCE-ES é a coordenadora do Grupo Técnico do projeto 1.2 da Atricon – Aprimoramento das Ouvidorias dos Tribunais de Contas, que trabalha com o tema, e é parte integrante dos projetos do Plano de Gestão 2018-2019 da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas.

Na reunião, foi monitorado o andamento das entregas do projeto como a elaboração de proposta de resolução para aplicação da Lei Federal 13.460/2017 (Código de Defesa do Usuário de Serviços Públicos), no âmbito dos Tribunais de Contas, e de modelo de Carta

de Serviços ao Usuário, proposta de padronização dos serviços de Ouvidorias e a elaboração de Cartilha de boas práticas de Ouvidorias.

Participaram da reunião técnica as Ouvidorias dos Tribunais de Contas dos Estados do Paraná, Ceará, Mato Grosso, Pará, Pernambuco Rondônia e Santa Catarina.

### **2.3 Atividades técnicas e administrativas da Ouvidoria**

- Registro das 61 manifestações de Ouvidoria recebidas;
- Tratamento das manifestações de Ouvidoria recebidas (análise, encaminhamentos e acompanhamentos dos atendimentos);
- Respostas de 60 manifestações de Ouvidoria aos demandantes;
- Arquivamento das manifestações de Ouvidoria respondidas;
- Tratamento dos 07 pedidos de acesso à informação, recebidos via sistema e-SIC;
- Respostas de 10 pedidos de acesso à informação, via sistema e-SIC;
- Medição do indicador de desempenho: Índice de atendimento aos prazos de resposta às demandas da Ouvidoria;
- Realização da primeira medição da pesquisa de satisfação;
- Execução do Plano de Ação de participação no Plano Anual de Ações Educacionais 2018 da Escola de Contas Públicas;
- Realização da primeira medição das Ações Educacionais conjuntas a Escola de Contas Públicas em relação ao quantitativo de cursos realizados e pessoas participantes;
- Execução do Plano de Ação de Sensibilização Interna;
- Elaboração do Plano Anual de Ações Educacionais – 2019, da Ouvidoria;
- Elaboração Manual de procedimentos da Ouvidoria;
- Elaboração do Relatório de Atividades da Ouvidoria referente ao 3º trimestre 2018.

### **2.4 Ações de fomento ao Controle Social e à Transparência**

Participação da Ouvidoria do TCE-ES na execução do projeto “Conhecendo o TCE-ES”, promovido pela Escola de Contas Públicas, com o objetivo de apresentar a estrutura e o funcionamento do Tribunal de Contas para os estagiários desta Casa de Contas. O evento foi realizado no Auditório da Escola de Contas Públicas, no dia 12 de novembro de 2018.

## **2.5 Participação em eventos externos**

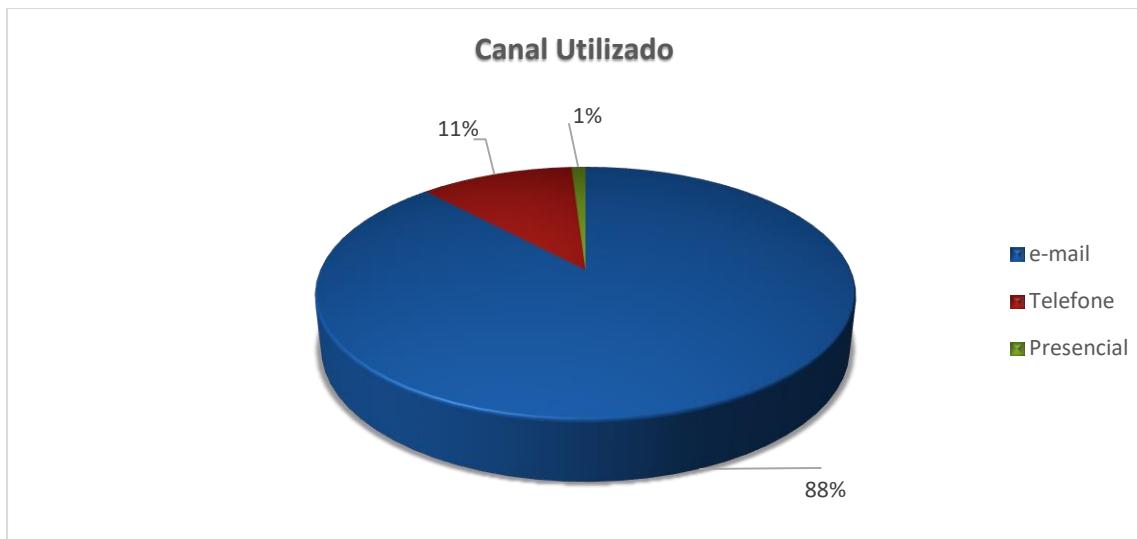
- Participação do Conselheiro Ouvidor do TCE-ES em evento da Atricon, em Brasília (DF), que discute a ampliação do Marco de Medição de Desempenho dos Tribunais de Contas (MMD-TC), dos dias 02 a 04 de outubro de 2018;
- Participação do Conselheiro Ouvidor do TCE-ES na 26ª reunião da Câmara Técnica de Normas Contábeis e de Demonstrativos Fiscais da Federação (CTCONF), promovida pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), de 23 a 26 de outubro de 2018, em Brasília (DF);
- Participação do Conselheiro Ouvidor do TCE-ES em reunião, na sede do Tribunal de Contas do Município de São Paulo, para assinatura do contrato para a certificação da Metodologia do Programa QATC – Marco de Medição de Desempenho dos Tribunais de Contas (MMD-TC) firmado entre a Associação dos membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon) e a Fundação Carlos Alberto Vanzonili, dia 08 de novembro de 2018, em São Paulo (SP);
- Participação da Coordenadora da Ouvidoria do TCE-ES no II Simpósio Nacional de Ouvidorias, organizado pelo Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, que teve como tema “Os 30 anos na Constituição Cidadã e a evolução dos mecanismos de controle”, nos dias 8 e 9 de novembro, em Manaus (AM). No mesmo evento, a Coordenadora da Ouvidoria do TCE-ES participou ainda da reunião técnica de Ouvidorias com a participação do Ouvidor-Geral da União à época, Gilberto Waller Júnior, para debater sobre os Tribunais de Contas no contexto da lei 13.460/2017 (Código de Defesa do Usuário dos Serviços Públicos).
- Participação da Ouvidoria do TCE-ES, na coordenação da primeira Reunião Técnica do Grupo de Trabalho do Projeto 1.2 da ATRICON - Aprimoramento das Ouvidorias dos Tribunais de Contas, que ocorreu em Brasília, em 14 de agosto de 2018;
- Participação da Coordenadora da Ouvidoria e do Conselheiro Ouvidor do TCE-ES no VI Encontro Nacional dos Tribunais de Contas, promovido pela Atricon, IRB e pelo TCE-SC, com o tema “O Futuro dos Tribunais de Contas, a inovação, integração, prevenção e eficiência”. O evento contou com a presença de 800 participantes, entre membros, auditores de controle externo e procuradores do Ministério Público Especial de Contas, dos 34 tribunais de contas do país, e ocorreu em Florianópolis - SC, de 28 a 30 de novembro de 2018;

- Participação como palestrante do Conselheiro-Ouvíndor do TCE-ES, no VI Encontro Nacional dos Tribunais de Contas com o tema “as novas diretrizes do Projeto Qualidade e Agilidade dos Tribunais de Contas do Brasil (QATC) - Governança, Transparência, Gestão fiscal, Normas Brasileiras de Auditoria do Setor Público, Acompanhamento das decisões e de Gestão de Pessoas”, no dia 30 de novembro de 2018;
- Participação da Coordenadora da Ouvidoria do TCE-ES, na coordenação da Reunião Técnica de Ouvidorias dos Tribunais de Contas, no dia 28 de novembro de 2018, no VI Encontro Nacional dos Tribunais de Contas, realizado em Florianópolis, com objetivo de monitorar o andamento do projeto de incentivo a efetiva atuação das ouvidorias das Cortes como órgãos permanentes de interação com a sociedade e promotores do controle social;
- Participação da Coordenadora da Ouvidoria do TCE-ES, V Seminário Municipal de Combate à Corrupção, promovido pela Secretaria Municipal de Controle e Transparência – SEMCONT, da Prefeitura Municipal de Cariacica, no dia 20/11/2018, em Cariacica – ES;
- Participação da Coordenadora da Ouvidoria do TCE-ES, no encerramento do programa “Um por Todos e Todos por Um! Pela ética e cidadania – Turma da Mônica”, do Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União, que aconteceu, no dia 12 de dezembro de 2018, na EMEF Álvaro Marques de Oliveira, no município de Sooretama - ES.

### **3. Estatísticas das Demandas**

No 4º trimestre de 2018, a Ouvidoria, no desempenho de suas atividades, recebeu o total de **61 manifestações**, provenientes de entidades jurisdicionadas, servidores, pessoas jurídicas e demais cidadãos como um todo.

O canal mais utilizado pela população para envio de suas manifestações foi o **e-mail**, conforme informa o gráfico a seguir:



As demandas de ouvidoria estão classificadas em cinco tipologias diferentes: reclamação, solicitação, sugestão, elogio e notícia de irregularidade.

Entre esses cinco tipos, a "**solicitação**" foi a mais utilizada:



Além disso, no 4º trimestre de 2018, foram contabilizados **07 pedidos de acesso à informação**, com base na Lei nº 12.527/2011, recebidos através do sistema e-SIC.

Somando as demandas típicas e os pedidos de acesso à informação, totaliza-se **68 atendimentos** realizados pela Ouvidoria, no período.

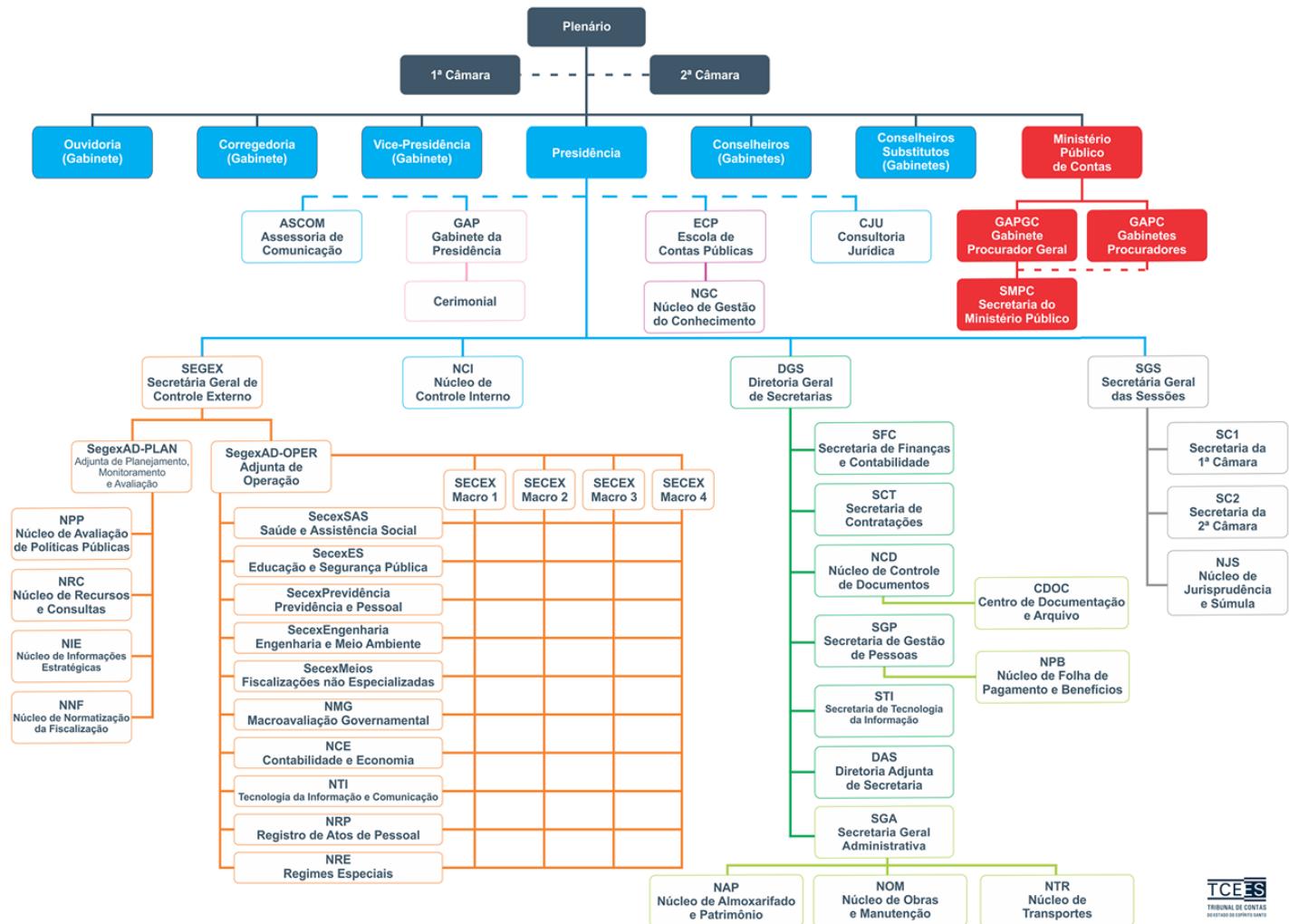
### **3.1 Índice de atendimento aos prazos de resposta às demandas da Ouvidoria**

No trimestre foram respondidas pela Ouvidoria **61 demandas**, sendo **60 atendidas dentro do prazo legal**, correspondendo a um **percentual de 98,36%** (noventa e oito virgula trinta e seis por cento) de demandas respondidas dentro do prazo legal.

No trimestre foram também respondidos **10 pedidos de acesso a informação**, recebidos pelo sistema e-SIC, sendo **100%** (cem por cento) atendidos dentro do prazo legal.

# ANEXOS

Estrutura Organizacional do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (O novo organograma que iniciou sua vigência em 2018 está disponível no portal do TCE)



### **Nomenclatura/sigla das unidades**

Descrição	Sigla
Escola de Contas Pública	ECP
Núcleo de Informações Bibliográficas	NGC
Núcleo de Controle Interno	NCI
Núcleo de Informações Estratégicas	NIE
Gabinete da Presidência	GAP
Diretoria Geral de Secretaria	DGS
Diretoria Adjunta de Secretaria	DAS
Núcleo de avaliação de políticas públicas	NPP
Secretaria de Tecnologia da Informação	STI
Secretaria Geral Administrativa	SGA
Secretaria de Finanças e Contabilidade	SFC
Secretaria de Contratações	SCT
Núcleo de Pagamentos e Benefícios	NPB
Secretaria de Gestão de Pessoas	SGP
Secretaria do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas	SMPC
Núcleo de Controle de Documentos	NCD
Centro de Documentação e Arquivo	CDOC
Núcleo de Obras e Manutenção	NOM
Núcleo de Transportes	NTR
Núcleo de Almoxarifado e Patrimônio	NAP
Consultoria Jurídica	CJU
Assessoria de Comunicação	ASCOM
Secretaria Geral das Sessões	SGS
Secretaria Geral de Controle Externo	SEGEX
Secretaria Adjunta de Planejamento, Monitoramento e Avaliação	SegexAdPlan
Secretaria de Controle Externo de Recursos e Consultas	NRC
Núcleo de Avaliação de Políticas Públicas	NPP
Núcleo de Informações Estratégicas	NIE
Núcleo de Normatização da Fiscalização	NNF
Secretaria Adjunta de Operação	SegexAD-OPER
Secretaria de Controle Externo de Saúde e Assistência Social	SecexSAS
Secretaria de Controle Externo de Educação e Segurança Pública	SecexES
Secretaria de Controle Externo de Previdência e Pessoal	SecexPrevidência
Secretaria de Controle Externo de Engenharia e Meio Ambiente	SecexEngenharia
Secretaria de Controle Externo de Fiscalizações Não Especializadas	SecexMeios
Núcleo de Controle Externo de Macroavaliação Governamental	NMG
Núcleo de Controle Externo de Contabilidade e Economia	NCE
Núcleo de Controle Externo de Tecnologia da Informação e Comunicação	NTI
Núcleo de Controle Externo de Registro de Atos de Pessoal	NRP
Núcleo de Controle Externo de Regimes Especiais	NRE
Núcleo de Jurisprudência e Súmula	NJS